

Página 13



■ Nº 134 ■ AGOSTO/2014

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

14ª Plenária da CUT Brasília



CUT faz plenária estatutária



A CUT e a eleição 2014

Jandyra Uehara
Páginas 2 a 4



Os criminosos devem pagar

Expedito Solaney
Páginas 5 a 7



A CUT e a constituinte

Bruno Elias
Páginas 22 e 23

A CUT e a eleição 2014

Jandyra Uehara Alves*

Esta edição de *Página 13* é na sua maior parte dedicada à 14ª Plenária Estatutária da CUT, que acontecerá de 28 de julho a 1º de agosto em Guarulhos, São Paulo.

Estarão presentes na Plenária aproximadamente 628 delegados/as, dos quais 383 foram eleitos/as nas plenárias estaduais, 124 nos respectivos ramos e 121 são membros natos do quadro da direção nacional da CUT.

Os debates foram organizados a partir de dois eixos: a) disputa de hegemonia: democratização do Estado e construção de um novo modelo de desenvolvimento b) atualizar o projeto político-organizativo da CUT e fortalecer a ação sindical.

O texto da direção e as contribuições das tendências ao debate foram encaminhados para discussão nas plenárias de base dos sindicatos e nas plenárias estaduais, onde foram aprovadas mais de 70 emendas para debate na Plenária Nacional.

Participaram das plenárias estaduais delegados e delegadas de 907 sindicatos de um total de 2.724 entidades aptas a participar. A participação dos grandes sindicatos foi expressiva, o que leva a conclusão que boa parte da base cutista participou dos debates nas plenárias de base. No entanto, o baixo índice de participação da maioria dos sindicatos menores deve motivar uma avaliação acurada, e principalmente uma série de ações para intensificar a participação nas decisões e no debate político da Central.

Afinal, isto significa dizer que mais de 60% dos sindicatos cutistas não debateu questões centrais da conjuntura inter-



Foto: Sérgio Souza Júnior/CUT-MS

nacional, nacional, da movimentação das forças políticas, das reformas estruturais, da política industrial, e tão pouco os desafios de ampliação da nossa base de representação, da inclusão de novos segmentos da classe trabalhadora, de como derrotar o corporativismo e tantos outros temas de relevância para armar a classe trabalhadora para os desafios que se colocam para o próximo período.

Cabe às direções estaduais e à nacional da CUT identificar os problemas políticos e organizativos que estão afetando a participação destas entidades e definir um plano de ação para dar capilaridade aos debates políticos e organizativos e intensificar os processos de participação, para que o 12º Congresso da CUT, que acontecerá em 2015 reverta este quadro.

Para a direção da CUT, no que se refere à disputa de hegemonia, a Plenária “será um momento para aprofundar a dis-

cussão dos projetos políticos em disputa e do papel da CUT neste momento decisivo da história brasileira. Como desdobramento desse processo, a Plenária deverá criar condições para mobilizar nossas bases para a defesa inequívoca do projeto democrático popular que vem sendo construído no país nos últimos onze anos, destacando as mudanças que são necessárias para que esse projeto se amplie e se consolide no futuro”.

Porém, para atingir este objetivo será preciso organizar ações para desdobrar o debate de estratégia, conjuntura e disputa de hegemonia, de modo a mobilizar as bases cutistas e a maioria da classe trabalhadora, para muito além de uma disputa eleitoral acirradíssima, como a que ocorrerá nos próximos meses.

A leitura do texto base da 14ª Plenária Nacional da CUT e das contribuições das tendências revela que há um grande

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaías Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)

Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

consenso entre a maioria das forças políticas que atuam na CUT a respeito de duas questões centrais da conjuntura: a reeleição de Dilma para dar continuidade ao processo de mudanças iniciado com a eleição de Lula; e a centralidade da Reforma Política, com prioridade do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. O texto base foi construído de forma consensual entre as diversas correntes políticas que compõem a executiva nacional. As diferenças fundamentais – explícitas ou não nos textos de contribuição ao debate - se dão em relação ao balanço do governo, caráter das mudanças, organização da CUT, tática e estratégia.

De acordo com a **CUT Socialista e Democrática (CSD)**, “O centro das tarefas deste período é a disputa das eleições presidenciais. Nosso desafio é consolidar o projeto democrático e popular; construir uma agenda pós neoliberal e reafirmar nosso compromisso de classe. Isso somente será possível se reelegermos Dilma presidenta.”

Para a **CUT Independente e de Luta (OTrabalho)**, “... a CUT apoia a reeleição

de Dilma para convocar a Constituinte que abra uma saída às questões travadas pela maioria reacionária do Congresso: 40 horas, reforma agrária, desmilitarização das PMs, reestatização, fim do superávit primário, dentre outras, cobrando o apoio da candidata e seu compromisso com o resultado do Plebiscito Popular (o que vale também para candidatos a governos e parlamentos)”.

Para a **Esquerda Popular Socialista (EPS)**, “fortalecer a luta ideológica em um ano de disputa eleitoral como esta é fundamental, pois mesmo enxergando que o cenário mais favorável é o de reeleger a presidente Dilma, com o projeto que a mais de 11 anos vem dando certo em muitos aspectos importantes para o país, precisamos fazer com que as conquistas avancem”.

Para a **Articulação de Esquerda (AE)**, “a batalha em torno de quem ocupará a presidência da República no período 2015-2018 está no centro das preocupações e de todos os movimentos sociais e populares, de todos os meios de comunicação, governantes, parlamentares e

partidos políticos. Como vem ocorrendo desde 1989, as eleições presidenciais cristalizam o estado da arte da luta de classes no Brasil. A Central Única dos Trabalhadores é chamada a tomar posição nesta luta. E nossa posição é a de apoiar a reeleição da presidenta Dilma Rousseff para um segundo mandato presidencial. Mas para a CUT, a reeleição de Dilma precisa ser feita em condições da realização de um segundo mandato superior ao atual.”

Entre as correntes políticas que atuam na CUT e inscreveram contribuições ao debate, a Esquerda Marxista e a CUT Pode Mais destoam da maioria das forças políticas, em relação ao posicionamento amplamente majoritário em relação à eleição 2014 e ao Plebiscito da Reforma Política.

De acordo com a **CUT Pode Mais**, “resumidamente, o governo federal baseou sua política em quatro eixos: políticas reparatórias e transitórias, através da Bolsa Família, que não significam mudanças estruturais, mas garantem popularidade; no esvaziamento do papel do Estado como garantidor das necessidades básicas da população, direcionando o dinheiro público para a iniciativa privada,

Foto: Roberto Stuckert, Filho/PR



provando que o governo serve a burguesia; chantageando a base dirigente do movimento social e sindical sob ameaças e retaliações para derrubar ideologias e, por fim, criminalizando e reprimindo todos àqueles que querem lutar”. Sobre o Plebiscito da Reforma Política, afirmam que “a corrente majoritária da CUT, para desviar a atenção e evitar prejuízos eleitorais para Dilma tenta, agora, implantar o debate sobre a Reforma Política, mas é nítido que as ruas exigem mais.”

Para a Esquerda Marxista, a “a CUT e seu presidente, a sua direção e todos os sindicatos a ela filiados, deveriam se lançar de “corpo e alma” na organização e na luta da classe trabalhadora pelas suas reivindicações, bem como na luta para que o PT rompa com os partidos dos patrões e constitua um verdadeiro governo socialista apoiado na CUT, no MST e nas mobilizações populares. Essa deve ser a linha geral para organizar milhões na campanha eleitoral para presidente e demais postos, em 2014.” Sobre o plebiscito, afirmam que “a proposta de luta por uma “Constituinte exclusiva para Reforma Política” e de um plebiscito popular por este instrumento de aperfeiçoamento do aparelho de Estado burguês é um grande equívoco”.

A Campanha e o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político organizada pela CUT, MST, UNE e mais de 200 entidades dos movimentos sociais e populares de todo o Brasil é prioridade para a mobilização social nos próximos dois meses, pois o plebiscito acontecerá em setembro, e a posteriori teremos os desdobramentos da Campanha. Na atual conjuntura a realização da Reforma Política é o melhor meio de tirar a política brasileira das garras do poder econômico e proporcionar a participação popular direta nos processos e esferas de decisão dos rumos do País.

As reformas estruturais que incluam mudanças radicais nas áreas de reforma urbana, reforma agrária, reforma tributária e democratização da mídia dependem de uma mudança no sistema político brasileiro, uma vez que este modelo manco de democracia serve tão somente ao conservadorismo e à defesa dos interesses do capital. A Reforma Política não é uma panacéia que vai solucionar todos os nossos problemas, mas criará melhores condições

Como já dissemos no nosso texto de contribuição ao debate, achamos que a contradição entre o desenvolvimentismo conservador do grande capital e a defesa das reformas estruturais por parte da classe trabalhadora vai se intensificar e precisamos de um governo e de movimentos sociais que estejam à altura deste desafio histórico

para que a classe trabalhadora tenha maior representação política na defesa de seus interesses.

Embora a eleição de Dilma seja decisiva para evitar o retrocesso, não é por si só suficiente para assegurar avanços e um segundo mandato superior ao primeiro. Como já dissemos no nosso texto de contribuição ao debate, achamos que a contradição entre o desenvolvimentismo conservador do grande capital e a defesa das reformas estruturais por parte da classe trabalhadora vai se intensificar e precisamos de um governo e de movimentos sociais que estejam à altura deste desafio histórico.

É verdade que na última década logramos êxito na defesa de muitos dos interesses imediatos da classe, como na luta pela política de valorização do salário mínimo, dos ganhos reais de salários e na movimentação das categorias, a exemplo da retomada dos movimentos grevistas no país, por outro lado, pontos prioritários da Pauta da Classe Trabalhadora como a re-

dução da jornada de trabalho máxima para 40 horas semanais sem redução de salários, o fim do fator previdenciário, a regulamentação da convenção 151 da OIT e a ratificação da convenção 87 permanecem congeladas, sem nenhum avanço.

Para a CUT estar à altura dos desafios históricos e cumprir o seu papel no deslocamento para a esquerda da correlação de forças na sociedade brasileira, será preciso, sobretudo, priorizar a luta social e a politização da classe trabalhadora. Defender e conquistar direitos, ampliando o nível de consciência política, articular os interesses imediatos com os interesses históricos, elevar o grau de organização da classe, atualizar o projeto político e organizativo da Central são condições básicas para que a CUT possa cumprir seu papel de principal movimento de massas organizado do país e com maior influência na classe trabalhadora. ★

*Jandyra Uehara Alves é da Executiva Nacional da CUT



ANÚNCIO

Já está em circulação a segunda edição da REVISTA ESQUERDA PETISTA

Publicação da editora

Página 13

Adquira o seu exemplar através do: www.pagina13.org.br

“Os criminosos devem responder pelos seus crimes”

Nesta entrevista, Expedito Solaney fala da atuação da Comissão da Memória, Verdade e Justiça criada pela Central Única dos Trabalhadores

A CUT montou a sua Comissão da Memória, Verdade e Justiça. Você poderia resumir e avaliar as atividades desenvolvidas por ela até este momento?

A Comissão Nacional da Memória, Verdade e Justiça da CUT organizou com as CUTs estaduais de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco atos públicos seguidos de depoimentos. Pretendemos realizar estes atos em todos os Estados. São atividades que resgatam a história dos trabalhadores, trabalhadoras e dirigentes sindicais que foram perseguidos, que perderam seu emprego, bem como a história dos sindicatos que sofreram intervenção e tiveram seu patrimônio documental e material dilapidado pelas forças da Ditadura Militar. O momento é este: de trazer e revisitar este processo histórico. As pessoas falam, recuperam documentos e assim revivemos novamente a história.

Estamos estimulando os sindicatos a organizar sua própria memória e revelar aos seus filiados — aos trabalhadores jovens e antigos que não a conhecem ou não tiveram a oportunidade de conhecer — tudo o que aconteceu naquela época. A iniciativa da CUT de instalar sua própria comissão é tida como muito importante pelo movimento sindical e pelas organizações que lutam por memória, verdade e justiça (MVJ) no Brasil, bem como pelo movimento sindical mundial, especialmente latinoamericano.

Como a CUT avalia o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV) vinculada ao governo federal?

Para mim é positivo todo o processo que, impulsionado por movimentos sociais — comissões de familiares de vítimas da Ditadura Militar, grupos de ex-presos políticos, grupos de luta por direitos humanos,



Foto: Roberto Parizotti/CUT

com apoio também dos partidos de esquerda — culminou com a instalação da CNV. Toda essa movimentação, que passou a incluir a CNV, criou um ambiente político no qual a sociedade começa a se interessar por este período de nossa história, ter dúvidas e analisar melhor o que aconteceu. As entidades que lutam por MVJ e a juventude com os “esculachos”, atividades públicas realizadas contra torturadores, começam a ter mais força e seus atos repercutem com maior facilidade e clareza. Todo este processo tem uma boa repercussão, mas os resultados obtidos até aqui pela CNV ficam muito aquém do necessário. O seu relatório final, aguardado com grande expectativa, suas recomendações finais, poderão ou não confirmar essa avaliação crítica.

A lei que criou a CNV atendeu às pressões dos generais e de partidos como PSDB e DEM, no sentido de manter a impunidade dos agentes da Ditadura Militar. A perspectiva de criação da Comissão, prevista na própria lei, foi a da “conciliação nacional” e de não mexer na interpretação da Lei da Anistia (de 1979) que deixa impunes os torturadores. Apesar dessas e de outras restrições, esperava-se que a CNV avançasse mais nas suas investigações.

A CNV tinha força, por exemplo, para prender ou mandar prender o coronel da reserva Paulo Malhães, no ato do seu depoimento no Rio de Janeiro, quando esse oficial que atuou no DOI-CODI, centro de torturas comandado pelo Exército, reconheceu os crimes de assassinato, torturas, ocultação de cadáveres e outros, praticados por ele e demais militares do grupo. Ele não podia ter saído daquele depoimento livre, para mim essa foi uma das grandes falhas da CNV: não usar o seu poder para dar voz de prisão a um depoente que confessa seus crimes e pode ajudar no processo, de modo que depois tivemos a possível ação de setores repressivos envolvidos nos crimes do regime militar, resultando na sua morte. Por isso, ao mesmo tempo a Comissão deveria ter ordenado a proteção do coronel como testemunha fundamental. Malhães foi assassinado quando ainda tinha muito a revelar sobre a “Casa da Morte” de Petrópolis e outros crimes. Isso é ruim para o processo de investigação.

Além disto, alguns membros da CNV não têm interesse em revelar a história, querem finalizar o relatório para ser arquivado, ao passo que nós queremos esse relatório e as suas recomendações como início do pro-

cesso de justiça, início de uma nova fase na revelação da história e do período obscuro do regime militar que durou 21 anos. Queremos uma comissão de acompanhamento de aplicação das recomendações, porque o processo não termina com o fim da CNV, com a entrega do relatório e das recomendações. Vai se abrir um novo ciclo, que será muito mais longo, para continuarmos na luta por justiça e reparação.

Recentemente os militares disseram que suas instalações não sofreram desvio de função. Ou seja, eram para torturar mesmo. Como você avalia este episódio?

A Escola Superior de Guerra foi pensada pela CIA. Sua metodologia de ensino e grade curricular antes e depois de 1964 são as mesmas de hoje nas escolas de Agulhas Negras, de cadetes, passando pelas escolas de formação de soldados da Polícia Militar e dos agentes de Polícia Civil. Todos bebem da mesma fonte, aliás, as polícias desde 1964 nos seus manuais dizem que “qualquer civil é suspeito”. Os militares de ontem e de hoje continuam pensando assim, suas escolas continuam ensinando assim. Portanto, essa ideologia tem que ser combatida na fonte, que é o processo de formação da oficialidade. É um processo de médio e longo prazo, mas tem que ser iniciado. Não podemos mais admitir a utilização de materiais didáticos antidemocráticos e que ponham os militares acima da sociedade civil. O MVJ e a CUT são signatários da deliberação pelo fim da militarização das polícias, pelo fim da Justiça Militar, e de outras propostas que pretendem democratizar e civilizar as Forças Armadas e as Polícias, colocá-las como sujeitos do dever de respeitar a Constituição. Eles têm que saber que todo lar é inviolável, que chutar porta de barraco na periferia não pode, que torturar não pode, entender que isto é crime e se isto acontecer devem responder por esta violação. Um policial fardado é o Estado que tem obrigação de proteger o cidadão e não o contrário.

Temos que mudar as escolas militares, revogar a Lei de Segurança Nacional, descartar os manuais da Escola Superior de Guerra. Se não mudarmos eles vão sempre agir como seres superiores e as delegacias de polícia, presídios e outros locais vão continuar sendo espaços para torturar, matar e violar qualquer cidadão. Não é possível conviver ainda hoje com violação dos direitos humanos no Brasil. Se queremos

Fotos: Roberto Parizotti/CUT



“O problema da Lei da Anistia é o parágrafo que supostamente (no entender do STF, por exemplo) anistia os militares dos crimes de lesa humanidade. O que defendemos é revogar esse parágrafo. No III Tribunal Tiradentes, no qual fui jurado representando a CUT, fundamentei meu voto neste sentido”

III Tribunal Tiradentes - julgamento da Lei de Anistia - foto de Roberto Parizotti (Teatro Tuca, PUC-SP, março 2014)

mesmo ser referência como um país que respeita estes direitos, temos que começar por mudar a grade curricular das polícias e das corporações militares, incluir seriamente o respeito aos direitos humanos e acabar de vez com a norma de que todo civil é suspeito e inimigo.

Como você vê a relação entre a tentativa de criminalizar os movimentos sociais, a militarização das polícias e o tema da Anistia e da Comissão da Verdade?

A tentativa de aumentar a criminalização dos movimentos sociais por meio da tipificação de “terrorismo” foi um tiro no pé, ainda bem que não passou! O Brasil já tem legislação suficientemente vasta que criminaliza, tipifica e pune os crimes ocorridos nas ocupações e manifestações. Tem um instrumento legal chamado interdito proibitório que tipifica como crime até greves e atos sindicais, neste sentido não havia nenhuma razão para o governo vacilar e corroborar com a direita propondo mais leis para criminalizar os movimentos sociais e os trabalhadores.

A justificativa de que no Brasil não tem legislação antiterror não cabe, somos da paz e o Ministério da Justiça não deveria ter capitulado com os EUA achando que estaríamos no mesmo patamar de perigo. A CUT desde seu 9º Congresso votou pela desmilitarização das polícias, levou sua

posição para a primeira Conferência sobre segurança pública realizada no primeiro governo Lula e ali foi apontado o primeiro plano nacional de segurança, unificação e desmilitarização que reforça a tese da mudança no sistema policial e militar brasileiro, mas até hoje não foi implementado, mostrando as dificuldades que enfrentamos para a mudança do paradigma militar herdado da Ditadura. Sobre a Lei da Anistia, somos signatários da tese que a lei foi resultado da luta por anistia. O problema é o parágrafo que supostamente (no entender do STF, por exemplo) anistia os militares dos crimes de lesa humanidade, crimes que eles cometeram fartamente. O que defendemos é revogar esse parágrafo.

No III Tribunal Tiradentes, no qual fui jurado representando a CUT, fundamentei meu voto neste sentido, reafirmando a revogação deste parágrafo para que os criminosos de Estado possam responder pelo crime que cometeram, acabando com a impunidade que muitas vezes impera e serve de estímulo para as violentas ações da Polícia Militar hoje. Enquanto não revogarmos este parágrafo, não desmilitarizarmos a polícia e não colocarmos um ponto final na criminalização dos movimentos sociais e dos trabalhadores não daremos o passo seguinte para alcançarmos uma democracia plena, verdadeira, onde os direitos humanos sejam completamente respeitados.★

Prisões no RJ violentam a Democracia. Liberdade já para os que ainda estão presos! Estado de Exceção nunca mais!

NOTA DNAE

As prisões de dezenas de pessoas realizadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, por ordem de um juiz, a pretexto de evitar sua eventual participação em possíveis manifestações contra a Copa do Mundo, são uma clara violação das liberdades democráticas.

Nosso país conquistou a derrubada da odiosa Ditadura Militar, que o oprimiu por mais de duas décadas, por meio de greves, passeatas e manifestações populares.

Por isso mesmo, repudiamos o Estado de Exceção que vem caracterizando a atuação do aparato repressivo em algumas unidades da federação, como Rio de Janeiro e São Paulo. Repudiamos a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, bem como as sistemáticas agressões de policiais militares a jornalistas e comunicadores que registram a barbárie disseminada pelas tropas da PM.

Também por isso, deploramos as desastrosas manifestações do ministro da Justiça e do Advogado Geral da União de apoio a essas prisões. O governo não pode se fiar nas declarações dos mentores do Estado de Exceção, nem dar qualquer tipo de suporte a violações dos direitos humanos.

Esperamos que os ativistas e outras pessoas que ainda se encontram presas sejam imediatamente soltas. Chega de Estado de Exceção. Terrorismo de Estado nunca mais!



Foto: Tomaz Silva/ Agência Brasil

Brasília, 16 de julho de 2014

Direção Nacional da Articulação de Esquerda / Tendência do Partido dos Trabalhadores

ASSINE O JORNAL
Página 13

CUPOM DE ASSINATURA

Não deixar de preencher nenhum dos campos

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: () _____ Celular: () _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

CPF: _____ ou

CNPJ: _____

Participa de alguma entidade, movimento ou organização? () sim () não

Se sim, qual: _____

Área de interesse, militância ou atuação: _____

Município e estado de militância: _____



ESCOLHA A OPÇÃO DE ASSINATURA

ASSINATURA ANUAL (12 edições)
() R\$ 100,00

ASSINATURA BIANUAL (24 edições)
() R\$ 200,00

() Declaro que ao efetuar o pagamento da assinatura estou ciente e concordo com os Termos de Assinatura constantes do contrato de assinatura disponíveis no site www.pagina13.org.br

ENVIAR o cupom junto com o comprovante de depósito para: Associação de Estudos Página 13 a/c de Edma Walker Rua Silveira Martins, 147, cj. 11, Centro - São Paulo-SP, CEP 01019-000 ou para o e-mail assinaturas@pagina13.org.br

PAGAMENTO através de depósito na conta do Banco do Brasil Agência: 3321-9 Conta-corrente: 34.297-1 Em nome de: Rubens Alves da Silva

CNTE: desafios para o próximo período

Joel Almeida*

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação terá enormes desafios a enfrentar nesse cenário de eleições gerais e suas consequências, a partir de um novo governo que se inicia em 2015, quer seja de continuidade ou de oposição.

Nos últimos quatro anos, o principal debate educacional se deu em torno da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 25 de junho de 2014. Este seguramente foi o período em que um plano nacional de educação demorou mais tempo em tramitação, sobretudo porque uma pauta trazida pelos movimentos sociais e populares teve uma evidência muito forte, a adoção dos 10% do PIB para educação pública, que, ao final da votação, sofreu uma alteração, onde se retirou pública, uma perda que, no entanto, não invalida a vitória dos 10%, pois significaria hoje quase o dobro do que atualmente se investe.

O grande desafio da CNTE para o próximo período será o de comandar intensa luta e mobilização para inserir na pauta dos governos municipais, estaduais e federal os mecanismos de receitas, para que se atinja os 10% do PIB, a vinculação de novos recursos e o aumento dos percentuais já destinados à educação pela Constituição Federal de 1988 - com destaque para a apropriação de receitas do petróleo de estados e municípios não abarcadas pela Lei 12.858 -, para a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e para a destinação de parte das receitas de contribuições sociais que ainda não integram o financiamento da educação. E um primeiro e urgente passo nessa direção diz respeito à regulamentação da aplicação dos royalties do petróleo e do Fundo Social da União já aprovados pela Lei 12.858, mas que até então não têm sido repassados para investimentos educacionais;



Outros pontos importantes precisam também ser levados em consideração. São eles: regulamentação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), com definição de parâmetros para a contribuição de cada esfera administrativa (Federal, Estadual e Municipal). O CAQ deverá constituir-se como o principal contraponto de repasse público às escolas privadas, devendo disputar a maior parcela dos 10% do PIB para a educação; a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional com o objetivo de promover maior controle institucional e social sobre as verbas da educação; a reformulação/democratização das instâncias responsáveis pela instituição, implementação, controle e avaliação das políticas educacionais, dando maior protagonismo ao Fórum Nacional e aos Fóruns Estaduais, Distrital e Municipais de Educação; a democratização da gestão escolar e dos sistemas, porém não só através de leis locais como propõe a meta 19 do PNE, mas também por meio de emenda constitucional; a valorização da carreira de todos os/as trabalhadores/as em educação por meio de piso e diretrizes nacionais de carreira, do ingresso na carreira exclusivamente por concurso público, de jornada de trabalho compatível com as atribuições dos cargos e de condições apropriadas de trabalho em todas as unidades escolares, mantendo os profissionais vinculados preferencialmente a uma só escola.

Ocorre que a CNTE, embora tenha uma excelente interlocução no Congresso Nacional e cerca de 2 milhões de educadores em sua base de atuação, se viu durante todo o governo Dilma Rousseff desprestigiada ao ponto de não ter sido recebida em audiência uma vez sequer, diferentemente do Governo

Lula, que recebeu a entidade duas vezes em cada gestão.

Lamentável também dois fatos ocorridos este ano que demonstram uma falta de sensibilidade política da nossa presidenta, ao adiar a Conferência Nacional de Educação (Conae) um espaço privilegiadíssimo de audição da sociedade civil e um outro fato mais recente, o de sancionar o Plano Nacional de Educação, o plano que vai nor-tear a educação pública desse país nos próximos 10 anos, à portas fechadas, sem uma solenidade de peso que a ação exigiria.

Os avanços que possam ser produzidos a partir da pauta mencionada, certamente, estarão umbilicalmente ligados ao perfil do próximo presidente ou presidenta. Se Dilma Rousseff vence as eleições, podemos ter um período prolongado de avanços paulatinos nessa pauta, o que tem sido a atuação do Governo do PT na área da educação, nada revolucionário, nem grandioso, mas com marcas profundas de inclusão e com algumas conquistas de direitos. Caso a oposição vença, certamente haverá um freio nesse processo, uma vez que as gestões de Aécio Neves e de Eduardo Campos, principais candidatos da oposição, na área da educação se caracterizam por tratar da área com um caráter meritocrático e privatista, reduzindo ao possível a presença forte do Estado, acentuando as construções de algumas escolas de excelência e ampliando as diferenças ainda tão visíveis entre a escola do trabalhador e a escola da elite. Quem viver verá, à luta sempre! ★

*Joel Almeida é secretário de Comunicação da CNTE e da Direção Nacional da AE

O grande desafio da CNTE para o próximo período será o de comandar intensa luta e mobilização para inserir na pauta dos governos municipais, estaduais e federal os mecanismos de receitas, para que se atinja os 10% do PIB na Educação

Um novo tempo encharcado de desafios

Candida Beatriz Rossetto*

O CPERS Sindicato, Centro dos Professores do Rio Grande do Sul, filiado à CUT e a CNTE completa neste ano 69 anos, conta com mais de 80 mil associados e situa-se entre os maiores e mais importantes sindicatos da América Latina e do Brasil. Ao longo desses anos, constituiu-se como uma ferramenta de lutas e conquistas dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul e vivencia hoje um novo tempo, considerando-se as eleições desse período. A retomada da direção, talvez seja a maior vitória do campo cutista brasileiro deste ano e aponta desafios para a condução dos rumos desta entidade.

A crise vivenciada no CPERS Sindicato, cujo percentual de desfiliação, afastamento e diminuta participação da categoria nas mobilizações nos últimos tempos denotam o grau de descrédito em que a entidade se encontra. A linha política sectária e focada no combate ao governo petista foi derrotada pela perspectiva do sindicato que coloca a categoria na centralidade das lutas e que exige uma metodologia da autonomia, luta e negociação. Não se trata de uma visão romântica, mas do debate desse processo de retomada que perpassa pelo resgate do sindicato combativo, unido e forte, referência da força do movimento sindical em décadas passadas, quando grandes greves, paralisações, caravanas e campanhas, mobilizavam centenas de milhares de trabalhadores em educação na defesa da educação pública de qualidade social e avanços para a categoria.

Outro indício que se incorpora a essa crise talvez seja o fato que por muito tempo perpassou no interior da organização que não ouvia a base da categoria e que definia a condução vanguardista da entidade, a visão da “terra arrasada” e o não reconhecimento do acúmulo histórico do protagonismo do movimento social na organização e luta dos trabalhadores em educação para o avanço nas conquistas. Não capitalizar as

conquistas do movimento social popular e/ou sindical é um equívoco exponencial no fortalecimento e ampliação da mobilização, é atestar que a ação foi e é obsoleta e afastar os trabalhadores da luta. Infelizmente, este discurso foi recorrente em todos os espaços e materiais elaboradas pelo grupo dirigente.

Entretanto, os novos tempos são de esperança e muito trabalho. O que se apresenta à frente são desafios que exigirão capacidade estratégica organizativa, balizada pela luta classista, democrática e de participação de massas que propicie o engajamento no processo de transformação da sociedade em direção ao socialismo e na defesa radical da educação pública e de qualidade social.

Elencamos alguns gargalos:

* Resgate da confiança da categoria no sindicato é um dos grandes nós desse momento, a articulação da linha política deve colocar na base da categoria o debate e a tomada de decisões, considerando a estrutura organizativa especialmente do chão das escolas e dos 42 núcleos que temos no interior do CPERS que constituem a base e importantes instâncias para retomar as discussões, ressaltando-se que mais de 50% dos associados encontram-se na inatividade.

* Politização perpassa pelo processo de participação e formação sindical, esta constitui-se premissa para o fortalecimento e acúmulo de forças necessárias para avançar nas lutas das pautas atuais que unificam a categoria: a luta pelo pagamento Piso Salarial Nacional para o Magistério e Funcionários nas carreiras, o IPE público e de qualidade, concursos públicos, dentre outros.

* Tema da desfiliação do CPERS da CUT virá com todo furor, em face da negociação entre as forças que compunham aquela direção, apontada no último Congresso da entidade e apresentada à categoria através do desenho desse debate na base e da chamada de um plebiscito, visualiza-

“Existem dois tipos de políticos: os que lutam pela consolidação da distância entre governantes e governados e os que lutam pela superação dessa distância”, Antonio Gramsci

mos que o esquerdismo e a extrema direita vão centrar esforços nesse processo.

* Necessidade de contribuir no protagonismo de diálogo permanente com os movimentos sociais que sintonizam na busca de alternativa democrática, popular e socialista para o país.

* Retomada da participação no debate das questões educacionais nacionais em espaços em que temos vez e voz, visto que a entidade não tem participado por exemplo do Conselho Nacional de Entidades, boicotado todos os movimentos da CNTE, de extrema relevância para a educação brasileira como é o caso do PNE e outros de forma absurda, como é o caso das conferências da CONAE, espaço legítimo e conquistado pela sociedade civil organizada. É fundamental a retomada da disputa do projeto democrático e popular em todos os espaços.

Enfim, o que está posto é um arcabouço que precisa ser alterado exponencialmente e isso exige vigor, coragem e unidade da nova direção no intuito de fortalecer o Sindicato, restabelecer o encantamento e protagonismo da categoria nos movimentos construídos para avançar nas conquistas e melhoria de condições de trabalho, enfrentar os ditames da lógica neoliberal e da meritocracia que rondam a educação e contribuir na construção de um projeto educacional de qualidade social. ★

*Candida Beatriz Rossetto é diretora do 40º Núcleo do CPERS Sindicato e da Executiva da CNTE



O Documento 319



*“Essa justiça desafinada
É tão humana e tão errada
Nós assistimos televisão também
Qual é a diferença?” Renato Russo*

Alexandre Negão*

Com a clara intenção de reformar o judiciário para atender a demanda do poder econômico e deixá-lo a serviço do grande capital internacional, das grandes empresas nacionais e transnacionais e da propriedade privada, o Banco Mundial emite o Documento 319. Neste documento, o BM analisa, a seu modo, o judiciário e recomenda reformas urgentes inclusive para a América Latina e, obviamente, o Brasil. O documento reza que a reforma deve “assegurar um Poder justo e eficiente”.

Mas, é preciso alertar para as armadilhas do documento. Todos almejamos um judiciário justo e eficiente, porém, para o Banco Mundial, o que é justo? O que é eficiente? O próprio Banco diz em seu documento que “um Poder Judiciário eficaz e previsível é relevante ao desenvolvimento econômico” e que “o intuito das reformas é de promover o desenvolvimento econômico.” E ainda, que “o desenvolvimento econômico não pode continuar sem um efetivo esforço, definição e interpretação dos direitos e garantias sobre a propriedade”.

Está clarividente que o objetivo do BM é tornar o judiciário um instrumento totalmente a serviço do poder econômico em detrimento dos mais necessitados, em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores do judiciário, em detrimento do livre convencimento dos magistrados, em detrimento dos direitos e garantias individuais e coletivas e em detrimento da dignidade da pessoa humana. Não, nada disso interessa ao Banco Mundial, só e somente só, para a proteção ao poder econômico e a serviço dele, deve existir o judiciário.

E para o cidadão comum, o que diz o documento 319 do BM? Recomenda que “os programas de reforma do Judiciário devem rever as custas processuais determinando se são suficientemente altas ao ponto de deter demandas frívolas”. O que são demandas “frívolas”? Não precisa fazer muito esforço para entender que demandas “frívolas”, segundo o documento 319, são aquelas ações pleiteadas pelo cidadão trabalhador (incluindo-se aí também o servidor públi-

co). Está muito clara a orientação do Banco Mundial de criar mecanismos que impeçam o cidadão de recorrer à justiça para reaver direitos usurpados pelo poder econômico e pela administração pública tornando o judiciário extremamente subserviente aos interesses do chamado “desenvolvimento econômico” que, a nosso ver, é o capital especulativo e os interesses da minoria historicamente concentradora de renda.

Tomando como referencia a história recente do Brasil, os trabalhadores foram frontalmente atingidos em seus direitos por sucessivos planos econômicos patrocinados por governos neoliberais das décadas de 80 e 90 em obediência ao próprio Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Estes planos tinham o objetivo de salvar grupos econômicos e jogar o prejuízo nas costas dos cidadãos trabalhadores gerando um grande número de demandas judiciais. Pela análise do BM, estas seriam demandas “frívolas”, logo, deveriam ter custas muito altas a ponto de impedi-las de serem processadas.

Recomenda ainda, o Banco Mundial, a privatização da justiça. Diz o documento que “o acesso à Justiça pode ser fortalecido através de mecanismos alternativos de resolução de conflitos (MARC) estes mecanismos que incluem Arbitragem, Mediação, Conciliação e Juizes de Paz podem ser utilizados para minimizar a onerosidade e a corrupção no sistema”.

Esta recomendação nos remete a três questionamentos e a primeira pergunta que se faz é, a quem servirá uma justiça privada? Óbvio que é aos grandes grupos privados e ao poder público corrompido por estes grupos, em virtude dos compromissos assumidos com os famigerados financiamentos privados de campanhas políticas que escravizam os “eleitos” aos interesses de quem lhes garantiram (financiaram) a “vitória eleitoral”. O trabalhador com insuficiência de recursos não teria acesso a essa “justiça”.

A segunda pergunta seria, o que é “onerosidade” para o Banco Mundial? Fica clara a intenção de “enxugar” a máquina do

judiciário. E “enxugar” significa impedir contratação por concurso público, achatando salários, retirar direitos, sucatear o sistema público de justiça, impedir investimentos de forma que o judiciário chegue mais perto do cidadão trabalhador.

E a terceira pergunta é, por que o MARC (justiça privatizada) poderia ser utilizado “para minimizar” “a corrupção no sistema”? Ora, sabemos que a fonte de toda corrupção é a ingerência do poder econômico nas instituições públicas e privadas e não a simples existência de um sistema público de prestação de serviços. O documento 319 é um tratado de interferência do poder econômico no sistema jurídico público, uma verdadeira legalização e legitimação da própria corrupção. O MARC seria mais um instrumento privado a serviço da usurpação dos direitos dos menos favorecidos economicamente, e, obviamente, em nada interferiria na corrupção ora existente do sistema judiciário público. Pelo contrário, se interferisse, seria um mecanismo fomentador da corrupção.

Sem dúvida alguma, de todos os que compõem o Estado brasileiro, o Poder Judiciário é o mais conservador. Os últimos fatos que envolvem o Poder Judiciário brasileiro, principalmente os relativos à Ação Penal 470 no STF, são emblemáticos e escancaram a necessidade de uma séria e profunda reforma na estrutura desse Poder que é, certamente, importantíssimo para a garantia da democracia e de um modelo social mais justo e igualitário.

Mas, se de um lado assistimos estarecidos a nossa corte suprema ferir a Constituição Federal e as leis penais, utilizar-se de teorias que serviram de sustentação ao nazismo de Hitler como a famigerada “Teoria do Domínio do Fato” para condenar petistas e espetacularizar a politização de seus julgamentos na mídia conservadora (que sempre soube bem servir ao capitalismo), vimos também, essa mesma corte suprema, em julgamentos históricos, reconhecer as relações homo afetivas, as pesquisas com células tronco, reafirmar os sistemas de cotas dentre outros avanços.



Por outro viés, temos visto, na nossa atuação no campo sindical junto aos trabalhadores do judiciário já há alguns anos, que o Poder Judiciário necessita democratizar-se e estabelecer uma relação trabalhista mais justa. A prática, cada vez mais crescente, do assédio moral e outras formas de violência nas relações de trabalho, tem sido detectado e debatido nos congressos de trabalhadores desse campo do serviço público. Tudo isso tem contribuído para que desvendássemos um quadro sério e grave de fatores de adoecimento desses trabalhadores.

Nessa conjuntura uma certeza é gritante: os trabalhadores do Poder Judiciário precisam se organizar e cada vez mais se inserir, como protagonistas, na luta por um judiciário mais justo e igualitário. Devemos fortalecer nossos sindicatos, participar ativamente deles, inserir nossos trabalhadores na luta, qualifica-los, forma-los. Devemos debater o problema da exploração no trabalho. Mas, antes disso, um outro trabalho faz-se fundamental: dar a esses servidores públicos uma identidade de trabalhador. Precisamos conscientiza-los de que, como todo trabalhador, no serviço público também somos explorados. Atender, mais que nunca, o chamado de Marx e Engels no retumbante Manifesto Comunista, “trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”.

A CUT, como verdadeiro peso pesado na organização sindical brasileira, é a maior central sindical da América Latina e uma das maiores do planeta. A brava luta da CUT travada no Congresso Nacional con-

tra projeto de lei que visava regulamentar a terceirização e a precarização no serviço público é prova recente e bem viva disto no momento em que conseguiu ela, estrategicamente, retirar tal projeto nefasto para os trabalhadores do serviço público de pauta. Discutir junto com a CUT as questões que permeiam as relações de trabalho no Poder Judiciário é, sem sombra de dúvidas, qualificar e amplificar o debate. Nesse sentido, não só propor a discussão, como também pensar estratégias e táticas é imprescindível.

Assim sendo, acreditamos que a CUT deve participar do debate acerca da reforma do judiciário a fim de que essa reforma não seja aquela proposta pelo Banco Mundial e citada anteriormente, mas, que essa reforma possa democratizar o Poder Judiciário, permitindo inclusive, que o povo participe ativamente na escolha dos seus membros. Além disso, continuar fortalecendo a luta contra a precarização e terceirização do serviço público brasileiro, buscar a garantia de relações trabalhistas mais justas, pela erradicação do assédio moral e outras formas de violência. Lutar também por uma Lei de Responsabilidade Fiscal mais flexível que não engesse as melhorias e conquistas trabalhistas nem a contratação de mais trabalhadores através da realização de concurso público. Fomentar a formação sindical, organizar o debate e chamar todos à luta também é o que esperamos. ★

***Alexandre Negão** é coordenador sindical da AE/RN, dirigente sindical e trabalhador do Poder Judiciário do RN



A compra destes livros
pode ser feita na
www.pagina13.org.br

Página **PT** 13

Valorizar carreiras e proteger liberdade

Eleandra Koch e Ismael José César***

Em 2003, Lula assumiu o governo federal com o serviço público brasileiro praticamente destruído, obra de anos de descaso e da lógica privatista dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Embora o seu primeiro mandato tenha sido marcado pela ortodoxia fiscal - que não permitiu a imediata recuperação das perdas salariais da categoria e culminou no equívoco da Reforma da Previdência (2004) - houve sinalizações concretas do governo no sentido de diálogo com os/as servidores/as federais. Exemplo disso foi a instituição da mesa nacional de negociação entre servidores e governo federal, que para além do processo de negociação salarial, avançou na agenda de recuperação dos serviços públicos, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, que havia sido extinto por Medida Provisória de FHC; a criação de Secretarias voltadas à políticas sociais como foi o caso da SEPIR; Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Durante os dois mandatos de Lula foram 155.334 servidores contratados para a administração pública federal, três vezes mais do que nos dois mandatos de FHC. No segundo mandato do governo Lula houve um processo de recuperação salarial com a incorporação de gratificações ao vencimento básico e correção dos benefícios. No governo Dilma a mesa nacional de negociação foi mantida, no entanto, poucos avanços ocorreram nos dois primeiros anos de seu mandato.

Dessa forma, diante de um contexto em que o Ministério do Planejamento, refém do ajuste fiscal, se recusava a negociar qualquer possibilidade de aumento para os servidores públicos federais, em 2012, houve uma poderosa greve, de dimensão nacional, em vários órgãos e autarquias do serviço público federal.

A força da greve fez com que o governo abrisse um processo de negociação com várias categorias, e que têm validade

até maio de 2015, no qual se conquistou um aumento de 15,8%, parcelado em três anos. E também apontou para a reestruturação e valorização de algumas carreiras, o que significa um avanço da pauta de reivindicações, mas que é insuficiente em relação à defasagem acumulada das épocas dos arrochos neoliberais.

Em dezembro de 2013, considerando a necessidade de avanços objetivos na negociação entre servidores e governo federal, e diante de indefinições sobre o cumprimento integral do governo de termos firmados no acordo salarial, o Congresso da Confederação dos Servidores Federais (Condsef), que representa 80% dos/as servidores/as públicos/as federais, aprovou a retomada da campanha salarial pela reabertura das negociações com o Ministério do Planejamento, com a seguinte pauta:

*Equiparação com a Lei 12.277/2010, que define as carreiras transversais;

*Isonomia dos benefícios entre os três poderes (alimentação e saúde);

*Paridade entre os servidores ativos e aposentados;

*Regulamentação da Convenção 151 da OIT, a qual garante a negociação coletiva e a proteção do direito de organização sindical, que o Brasil tornou-se signatário em 2010 e foi ratificada em 2013, através do Decreto 7944/2013 e necessitada de regulamentação por parte do executivo federal;

*Pela retirada de projetos do Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos.

Diante das negativas de reabrir as negociações, algumas categorias realizaram (ou realizam) processo de greve neste ano, dentre elas, a Fasubra e a Cultura. Em ou-

tros setores ocorreram processos de mobilização, e a Condsef, por exemplo, chegou a aprovar um indicativo de greve para 10 de junho, o qual não se confirmou.

Os/as servidores/as do Incra, por exemplo, realizaram um processo forte de mobilização em prol da sanção da emenda à Medida Provisória 632/2013, a qual foi construída pelos deputados ligados ao núcleo agrário do PT e equiparava (na prática) os/as servidores/as do Incra ao Ibama. Essa Emenda foi aprovada no Congresso e vetada pela presidente Dilma, com alegação de vício de origem. Destaque-se que outras reestruturações de carreira já foram procedidas dessa forma, e que o veto significou mais um petardo sobre os/as servidores/as do órgão que tem a promessa não cumprida de uma mesa de negociação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a reestruturação de suas carreiras, considerando a falta de isonomia em relação a órgãos do estado brasileiro de funções similares.

Considere-se que o ano de 2014 foi atípico para a luta dos servidores públicos federais: vigência de acordos assinados pela maioria das entidades em 2012, que gerou uma sensação de que mesmo lutando era inviável mudar os acordos assinados. Outros fatores também contribuíram: a realização da Copa que gerou uma dispersão já esperada, e a eleição de outubro que limita em lei o prazo de seis meses que antecedem as eleições para qualquer reajuste para os servidores.

Por outro lado, o governo federal tinha anunciado que em 2013 ao menos avançaria nas chamadas cláusulas sociais relativas ao reajuste do vale-alimentação e ao ressarcimento do plano de saúde, mas isso não se efetivou. E, assim além de além de não ter havido a retomada das negociações em junho/2013 houve o veto presidencial à licença classista (liberação sindical) com remuneração a cargo da União. Tal direito foi retirado dos servidores no governo do

Não renunciando à necessária autonomia e independência de classe das entidades representativas, não há neutralidade possível dos servidores públicos federais nas eleições desse ano, pois projetos notoriamente distintos estarão em jogo



presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, e há 17 anos isso atrita e desgasta as relações do Poder Executivo com as entidades sindicais dos servidores públicos federais. O Planalto alegou que todas as emendas têm vício de origem, pois a matéria é atribuição do Poder Executivo, fato que tornaria as emendas inconstitucionais. Neste momento, existem entidades debatendo forma de mobilização para a derrubada do referido veto.

No próximo ano, a vigência do acordo fruto da greve de 2012 se encerra e, assim, o ano de 2015 será de luta dos servidores em defesa da valorização de suas carreiras e do serviço público federal. Esperamos que o Planejamento o conjunto do governo tenham uma posição não intransigente na relação com os servidores e na condução das próximas negociações, pois caso contrário, em 2015, poderá “pipocar” mobilizações e greves no serviço público federal.

Militamos para que essa nova negociação ocorra num novo governo Dilma, pois em que pese os limites na relação de diálogo com os servidores – os quais precisam ser superados – este é, reconhecidamente, um governo que não diminuiu o

Estado brasileiro, e que deu continuidade à ampliação dos gastos sociais, que realizou novos concursos e iniciou processos de reestruturação de algumas carreiras. Contudo há ainda uma enorme distorção, precarização e conseqüente desvalorização de muitas carreiras do serviço público federal que precisa ser reconhecida e equacionada.

Assim, não renunciando à necessária autonomia e independência de classe das entidades representativas, não há neutralidade possível dos servidores públicos federais nas eleições desse ano, pois projetos notoriamente distintos estarão em jogo. De um lado as candidaturas de Aécio e Campos que têm o mesmo projeto de diminuição do papel do estado, vide o que estabeleceram em Minas Gerais e Pernambuco com arrocho salarial, diminuição da máquina pública, e total desrespeito as relações sindicais.

De outro lado, a candidatura de Dilma, que fez um primeiro mandato tímido e insuficiente no que diz respeito ao atendimento das demandas da categoria, precisará avançar em direção a realização de reformas estruturais, tais como: a Reforma Política, a Reforma Tributária, a Reforma Agrária e a dos Meios de Comunicação, e assim terá

melhores condições para retomar um processo de negociação, no sentido de garantir a recuperação dos serviços públicos e o atendimento das demandas dos servidores.

Em relação à pauta dos servidores, destacamos aqui a importância de que a candidatura Dilma e PT se comprometam com a regulamentação da Convenção 151 da OIT, Relativa à Proteção do Direito de Organização e aos Processos de Fixação das Condições de Trabalho na Função Pública, que é uma antiga bandeira dos trabalhadores do serviço público brasileiro, regulamentando o direito de greve, a negociação coletiva, a definição e o cumprimento da data-base, a isonomia dos benefícios entre os servidores dos três Poderes, e o respeito e a valorização dos aposentados.

Também é necessário que os/as servidores/as públicos federais se engajem no Plebiscito Popular da Reforma Política que ocorrerá de 1º a 7 de setembro desse ano. Será um importante momento de mobilização em prol das reformas estruturais que precisam ser concretizadas no Brasil. ★

***Eleandra Koch e Ismael José César** são dirigentes sindicais

Sem trabalhador público a cidade para

*Guia Calixto**

Dois temas merecem destaque: a terceirização e a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A terceirização avançou no Brasil a partir dos anos 1990, período de “enxugamento” das políticas sociais e “desverticalização” das estruturas organizacionais. Trazia consigo um discurso de promessa da superação da desburocratização, melhoria da qualidade do produto ou dos serviços, redução de custos, ampliação dos postos de trabalho etc. No entanto, o que de fato observamos foi a intensificação da exploração, a precarização do trabalho, a retirada de direitos e, no caso do Estado, a piora qualitativa e quantitativa dos serviços públicos.

Especificamente no setor público, a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ocorrida no ano de 2000, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, fez parte da estratégia de prioridade ao capital financeiro e redução de custos para o capital, contribuindo para o avanço da terceirização no setor público, associado ao modelo de “Estado Mínimo”. Amparados na LRF, muitos governos municipais justificaram a implementação da terceirização em suas gestões.

Atualmente no âmbito do serviço público municipal, o grande contingente de trabalhadores concursados, ou seja, que ainda não tem seus contratos precarizados, concentra-se nas áreas de educação e saúde. Setores ditos de apoio, como limpeza, limpeza urbana, cozinha, vigilância e outros, assim como os caracterizados como atividades meio, detém a maioria dos trabalhadores terceirizados.

Em 2013, os trabalhadores do setor público e do setor privado e em especial as lideranças sindicais que se referenciam na Central Única dos Trabalhadores (CUT), travaram um verdadeiro embate na defesa da classe trabalhadora, que foi a luta pela não aprovação do projeto de lei 4330/2004, de autoria do deputado Sandro Mabel

(PMDB), que tinha como meta “escancarar” a terceirização no Brasil. Um projeto que garantia a retirada de direitos dos trabalhadores e, lógico, favorecendo mais uma vez o grande capital.

Apesar de termos tido, “por hora”, a vitória contra o projeto de lei de Mabel na Câmara Federal, sabemos que ainda existem outros projetos similares tramitando pelas casas legislativas no Brasil, propostas essas que devemos combater com a mesma disposição e organização com que combatemos o projeto do deputado peemedebista.

Esses projetos de lei integram todo um arcabouço de medidas neoliberais, privatizantes, de precarização do trabalho, associadas à determinadas políticas de Estado: entender isto é de extrema importância na atual conjuntura.

Um segundo tema — a Convenção 151 da OIT — é também de muita pertinência na organização do ramo dos municipais, pois incide no direito de greve e de negociação coletiva do ramo do funcionalismo público.

O Brasil é signatário da Convenção 151, que traz consigo o tripé da organização sindical: liberdade de organização, que sofre diversos ataques no ramo dos municipais onde enfrentamos governos truculentos que usam de práticas anti-sindicais, como restrição a organização por local de trabalho, assédio moral, perseguição e outros; o direito de greve, garantido ao trabalhador do setor privado pela carta constitucional brasileira; e o direito à negociação coletiva.

A falta de isonomia de direitos sindicais entre os trabalhadores dos setores privado e público é uma excrescência, um vazio jurídico que abre portas para a arbitrariedade política e administrativa do governante de plantão. Regulamentar a Convenção 151 é mais do que urgente! ★

***Guia Calixto** é monitora infantil na Prefeitura de Campinas e da Direção da Confetam-CUT



Foto: Claudio Gonzalez

Um novo ciclo para os petroleiros

Jorge Braga*

A categoria petroleira encontra-se no princípio de um novo grande ciclo. Após décadas de intensas disputas políticas, grandes greves, arrocho salarial, privatização e demissões arbitrárias, os petroleiros passam por um período de relativa tranquilidade. Durante os últimos anos, além de recompor boa parte das perdas salariais ocorridas nas décadas anteriores, os trabalhadores foram testemunhas de um processo de reestruturação da companhia. Depois de anos sendo apresentada pelo governo como um dinossauro, a Petrobras voltou a ser tratada como o grande motor do desenvolvimento do país.

Presente ativamente nas lutas políticas da desde a redemocratização, os petroleiros fundaram na década de 90 a Federação Única dos Petroleiros (FUP), entidade classista filiada à CUT. Os embates políticos com o governo eram intensos. Representantes do modelo neoliberal, os tucanos planejavam o desmonte da empresa com a clara intenção de privatizá-la. Em 1995 ocorreu uma grande greve, que durou até 32 dias em alguns estados e fez com que o governo recuasse de sua proposta original. Apesar do recuo, os neoliberais mantiveram-se na ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e a política de desmonte da empresa. Em 1997, a nova Lei do Petróleo acaba com o monopólio da Petrobrás, abrindo os recursos petrolíferos brasileiros para a exploração de empresas privadas e estrangeiras.

Apesar da vitória política da greve de 1995, que conseguiu frear a sanha privatista do governo tucano, o fim da década de 90 foi repleta de dificuldades para os sindicatos dos petroleiros. Multas, bloqueios de bens e outras tentativas de esmagamento foram executadas pelo governo. Diante deste quadro, a categoria petroleira constatou que boa parte das suas condições de trabalho e de manutenção do emprego dependiam claramente da política institucional.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, contou com participação de

diversos militantes petroleiros. Porém, foi em 2002 que o apoio da categoria atingiu seu auge. Era comum encontrar no período de eleições diversos trabalhadores de base ostentando a estrela vermelha e pedindo votos de forma acalorada. Os vários anos de ofensiva neoliberal fizeram com que a categoria vislumbrasse na institucionalidade a resolução dos seus diversos problemas.

À partir da vitória do PT e a chegada de Lula à presidência da República, os petroleiros acreditavam que além das melhorias na renda, teriam também acesso privilegiado ao poder, agora “sob controle” do partido dos trabalhadores. Cresceram por todo o país movimentos que tinham como objetivo determinar qual seria a política adotada pela empresa. Diversos representantes sindicais foram alçados a cargos de gerência, com o objetivo de implantar as políticas formuladas pelo conjunto dos trabalhadores.

Mas nem tudo são flores. A chegada de representantes dos trabalhadores aos altos escalões da empresa passou a colocá-los em confronto com a categoria. Cada reivindicação não atendida se acumulava, trazendo insatisfação para o conjunto dos trabalhadores. Um dos pontos mais relevantes a contribuir com esse processo foi a mudança realizada no plano de previdência. A mudança dividiu os dirigentes sindicais a tal ponto que as divergências se transformaram em conflitos internos que culminaram com a expulsão de diversos dirigentes da Federação Única dos Petroleiros.

O grupo expulso forma uma nova federação, Federação Nacional dos Petroleiros

(FNP), passa a fazer oposição sistemática à FUP e ao governo. Todo posicionamento exposto pela FUP passou a ser duramente criticado pela FNP, taxado de pelego e, ainda que representasse um avanço, combatido e ridicularizado. Após o rompimento e o desgaste promovido contra a FUP, a FNP não conseguiu avançar significativamente enquanto alternativa.

A tática da FNP de desgaste obtém apoio de diversos setores que atuam internamente na Petrobras, inclusive da direita. O desdobramento de todo este processo, se reflete hoje em uma categoria descrente, dividida e cada vez mais pressionada. O capital internacional avança contra a Petrobras e os petroleiros, divididos, assistem os ataques diários promovidos pela imprensa.

À FUP cabe o esforço de recuperar a confiança perante a categoria, para que possa voltar a atuar em sintonia com as bases. É preciso fortalecer cada vez mais a categoria, defendendo além da recomposição do efetivo, o avanço da primeirização, a continuidade dos investimentos em novas unidades e a reintegração das subsidiárias. O enfrentamento ao grande capital se tornará cada vez mais intenso e a imprensa brasileira atuará para colocar em cheque o governo e a capacidade de atuação da Petrobrás. É necessário aos trabalhadores superar o atual momento de desagregação e, através da mobilização e da unidade da categoria, combater a ofensiva lançada pelo mercado e ampliar suas conquistas. ★

*Jorge Braga é militante sindical petroleiro e do PT-BA



Erbs Jr./Frame/Folhapress

Luta sindical e reforma urbana

Licio Lobo*

A categoria profissional das/os arquitetas/os e urbanistas tem uma importante e peculiar tradição de organização, que é tributária da expansão do campo de atuação profissional que se observou no país a partir da década de 1930, concomitante com os impulsos de industrialização e urbanização que aumentaram as demandas de obras pelo Estado e pelas empresas em geral.

Num período inicial, a organização profissional dos arquitetos se dará através do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), entidade fundada em 1931, que cumpre um importante papel no debate político e cultural, tendo como foco a defesa da “arquitetura moderna” e do “papel social da arquitetura no desenvolvimento nacional”.

Dentre os momentos importantes de atuação do IAB se destaca sua atuação pelo fim da ditadura do Estado Novo em 1944, lutando então pela anistia geral, pela libertação dos presos políticos e pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Outro momento importante, já no período imediatamente anterior ao golpe militar, será o engajamento dos arquitetos na luta pelas “reformas de base” do Governo João Goulart, com a organização de ações de grande repercussão à época, como por exemplo a organização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, em junho de 1963.

Com a ditadura militar, a repressão se abateu também sobre a organização dos arquitetos, com perseguições, exílios, cassações nas universidades e torturas atingindo centenas de profissionais.

No contexto da ditadura, no período do chamado “milagre brasileiro”, com a proliferação das escolas de arquitetura e o crescimento da atividade da construção civil, a representação profissional dos arquitetos se fragmentou, sinal da crescente complexidade do mercado de trabalho e da heterogeneidade social da categoria. Surgem aí os primeiros sindicatos de arquitetos, sendo o primeiro o Sindicato dos Arqui-

Em que pese as tentativas de romper com a lógica neoliberal por parte do governo federal a partir de 2002, a ordem de coisas na situação dos arquitetos continua caracterizada pela precarização das relações de trabalho e por uma certa indefinição do que seja o “reconhecimento do seu papel social”

tetos do Estado de São Paulo, fundado em 1971. As contradições internas à categoria se acentuaram: os arquitetos empresários decidiram separar-se do IAB, formando a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA, 1973).

Em 1979, já no processo de fortalecimento das lutas pela redemocratização do país, será fundada a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), congregando vários sindicatos estaduais e assumindo claramente a função de defesa dos interesses dos arquitetos enquanto parte constitutiva da classe trabalhadora, detentores de força de trabalho nas relações capitalistas de produção. Não por acaso, a FNA estará entre as entidades sindicais que impulsionarão a fundação da CUT em 1983.

Desde então, os arquitetos, como o conjunto da classe trabalhadora brasileira, vivenciaram e sofreram os efeitos das diversas fases do ciclo econômico do país, destacando-se os efeitos nefastos do neoliberalismo que tomou a cena desde o início dos anos 1990 e moldou um rebaixamento generalizado nas relações de trabalho, com a proliferação da subcontratação, terceirizações e outras diferentes formas de precarização das relações de trabalho.

No contexto atual, em que pese as tentativas de romper com a lógica neoliberal por parte do governo federal a partir de 2002, a ordem de coisas na situação dos arquitetos continua caracterizada pela precarização das relações de trabalho e por uma certa indefinição do que seja o “reconhecimento do seu papel social”.

O atual perfil das/os arquitetas/os brasileiros, revelado pelo “censo” realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil em 2012 (com 83 mil questionários respondidos dentre os enviados aos 99 mil profissionais inscritos no conselho) in-

dica que os arquitetos e urbanistas jovens constituem a maioria da categoria. São 58% com menos de 40 anos, sendo que 40% dos profissionais tem entre 26 e 35 anos. Em âmbito geral, há uma prevalência de arquitetas e urbanistas, com as mulheres representando 61% da categoria.

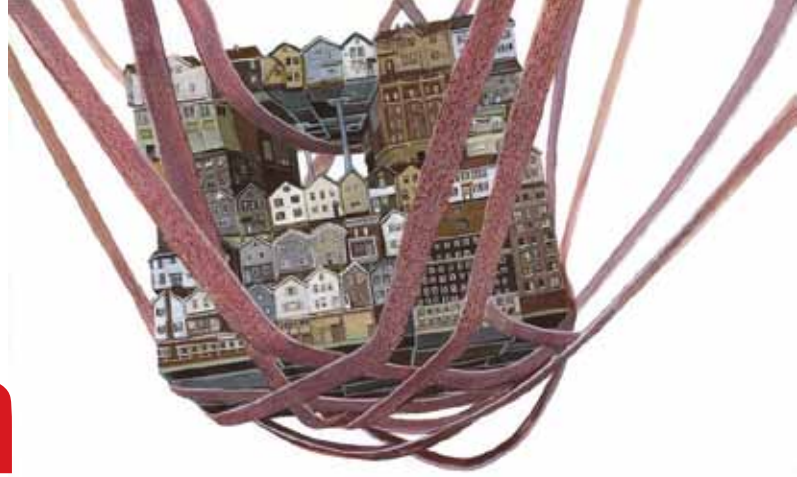
Pouco mais da metade trabalha “por conta própria”, ai computados os 34% que fornecem serviços como autônomos e outros 20% que são donos de escritórios e empresas ligados ao ramo da arquitetura e urbanismo.

Os assalariados somam 38%, ai computados os pouco mais de 5% atuantes no serviço público). Outros 8% possuem outras fontes de renda. Entre os contratantes de projetos, a maior parte é composta por empresas e instituições (56,16%), enquanto as pessoas físicas contratam 43,83% dos projetos. Existe uma grande concentração de arquitetos e urbanistas nas regiões Sudeste (54%) e Sul (23%).

Estes números trazem à reflexão as manifestações de junho de 2013. Certamente, dentre os “manifestantes de junho” estavam inúmeros jovens arquitetas/os ou estudante de arquitetura. As manifestações, que abriram um novo ciclo de lutas sociais no país, tiveram como um dos seus importantes deflagradores a chamada “crise urbana” e escancararam as contradições do nosso “modelo de desenvolvimento”.

Mais que nunca e cada vez mais, a pauta da Reforma Urbana e por cidades mais justas e sustentáveis exige uma forte atuação dos sindicatos de arquitetos e urbanistas, da FNA e da CUT. Ligar esta pauta da sociedade à valorização profissional das/os arquitetas/os e urbanistas é um dos principais desafios do presente. ★

*Licio Lobo é diretor do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo e militante do PT



A quem interessa?

Lenival Oliveira*

O debate sobre mobilidade urbana toma na atualidade uma centralidade como nunca vista. As cidades estão paradas em meio a engarrafamentos, a população está enfurecida com a péssima qualidade do transporte público e os governos continuam apostando em soluções falsas e de curto prazo, tendo como horizonte as próximas eleições.

Na medida em que os problemas das cidades se agravam, fica claro para todos os envolvidos que a solução estratégica passa pelo investimento no transporte público de massa, mas como o transporte tem sido visto pelos políticos de plantão como um

negócio e não como um serviço, mais vale acatar os interesses econômicos por trás das campanhas eleitorais, do que refletir políticas para resolução dos problemas.

E é nesse cenário que surgem as propostas de repasses de responsabilidades com o setor. O governo federal, visando entregar o sistema de metrô para iniciativa privada, busca avançar no programa de estadualização do metrô, vide o recente processo que se confirmou no metro de Minas Gerais.

Já os estados, não tendo capacidade de sustentação do sistema, se negam a receber (caso da Paraíba), forçando a União a levantar a hipótese direta de privatização (PPP's); ou, quando os estados assumem, não suportam o custeio e não demoram a tomar a mesma medida privatista.

Por fim, quem perde é o usuário, com aumento das tarifas e a queda da qualidade do serviço; os trabalhadores do metrô, que têm seus empregos ameaçados; e o País, que assiste o desmonte de seu patrimônio público.

Contrários a essa dinâmica, que parece (mas não é!) inevitável, os trabalhadores do metrô, legitimamente, se manifestam com greves e mobilizações (como em São Paulo e Pernambuco), na defesa de seus empregos e principalmente na defesa desse patrimônio que é do povo brasileiro. A solidariedade da população é fundamental para barrar a estadualização, defenda o metrô você também! ★

*Lenival Oliveira é diretor executivo do SINDMETRO (PE)

Piauí: lição de indignação, luta e conquista

Os trabalhadores em empresas de transportes rodoviários do Piauí não se abatem, não desistem nunca. Apesar de baixos salários, jornada estressante e péssimas condições de trabalho, eles não se conformam e nem se acomodam.

Como os usuários de transportes coletivos de Teresina, capital do Estado, os trabalhadores também vivem a indignação na pele dia após dia no pior sistema de transporte urbano do país.

Apesar das dificuldades e exploração, os trabalhadores do setor de transporte não se cansam de cobrar do setor patronal, do poder público municipal e estadual melhores condições de trabalho, além de fiscalizar e denunciar as arbitrariedades junto à Superintendência Regional do Trabalho e ao Ministério Público Federal do Trabalho.

Embora o ano todo seja de luta, o enfrentamento principal da categoria acontece na data-base, período de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho. Os empresários do setor de transporte do Estado costumeiramente se fazem de cegos, surdos e mudos, com a complacência do administrador municipal.

Agora em 2014, o enfrentamento contou com mais um ingrediente a mais: a licitação do sistema de transporte público de Teresina, que se encontra em curso. A

negociação foi bem mais difícil, com manifestações nas ruas e greve de quatro dias. Os rodoviários enfrentaram os empresários, a Prefeitura de Teresina e a mídia imparcial.

“Tomamos as ruas de Teresina e mostramos nossa indignação com baixos salários, com a excessiva jornada e as péssimas condições de trabalho. Mostramos pro setor patronal que a velha forma que eles sempre usaram para negociar, tentando evitar que o trabalhador não exerça seu direito de luta já não funciona com os rodoviários”, disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários do Estado (SINTETRO-Piauí), Francisco das Chagas Oliveira.

Após quatro dias de passeatas, de paralisação dos ônibus, de assembleias e reuniões de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, a categoria dos trabalhadores conquistou sua pauta de reivindicações: um reajuste de 7,5% linear, (acima da inflação do período) e a tão sonhada mudança da data base para janeiro, já com aumento de-



Assembleia dos rodoviários

terminado pela inflação de maio a dezembro + 2% de ganho real.

Além do apoio da Central Única dos Trabalhadores – Piauí e sindicatos filiados, os rodoviários contaram com o apoio dos usuários de transportes. Os trabalhadores em transporte rodoviários são considerados a categoria com maior poder de “fogo” e tem demonstrado isso nas suas atividades sindicais.

O SINTETRO - Piauí representa os trabalhadores no segmento de transportes urbanos, intermunicipal, interestadual e do setor de cargas, aproximadamente 10 mil profissionais, sendo deste quatro mil filiados à entidade sindical. ★

Tiro certo

A categoria metalúrgica em Pernambuco reflete o crescimento do setor metal-mecânico no estado

*José da Silva Cavalcanti**

Os tristes dias que o setor e a categoria vivenciaram dos anos 1990 até 2002 tiveram fim. Naquele período a categoria se resumiu a 11 mil trabalhadores, contratados por médias e pequenas empresas. Então ocorreu a pior recessão e o maior arrocho salarial da nossa história.

A partir de 2003, o giro que o país deu com a vitória de Lula foi imediatamente expresso na contratação de trabalhadores e reestruturação do setor metalúrgico. As obras de infraestrutura de alto investimento no nordeste e em particular em Pernambuco elevaram a base do sindicato dos metalúrgicos de Pernambuco em mais 60 mil trabalhadores e com perspectiva de chegar a 100 mil em 2018.

O setor naval foi implantado e já navegam nos mares navios e plataformas produzidas pelos metalúrgicos pernambucanos. As encomendas da Petrobrás são de 20 petroleiros e 10 plataformas, mais 238 pequenas embarcações que serão construídas pela Promar. A Usiminas e outras grandes e médias empresas metalúrgicas voltaram a ter plantas em Pernambuco e o complexo industrial do porto de Suape no litoral sul tem sido uma importante base.

Outra demonstração de descentralização do desenvolvimento no Brasil é a instalação da maior fábrica de carros da Fiat da América Latina no município de Goiana, região metropolitana do Recife, que já está em fase final das obras para a sua instalação e funcionamento. Com a Fiat, uma dezena de fábricas de autopeças se instala no seu entorno, consolidando assim outro complexo industrial no litoral norte do Estado.



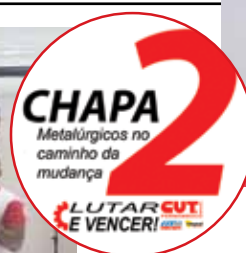
Mas nem tudo pode ser contabilizado como ganho líquido e certo para os trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco tem exigido e lutado por melhores condições de trabalho e salário, pelo fortalecimento do sindicato, dos representantes sindicais nos locais de trabalho, dos cipeiros e a própria intervenção cotidiana dos dirigentes nas fábricas. As condições de trabalho, de salário, jornadas extenuantes com horas extras, baixa qualificação profissional ainda constituem a realidade neste pujante processo. De um lado os empresários e o capital explorando todos os dias e cada vez mais os trabalhadores e do outro lado seu sindicato lutando para manter as condições de trabalho e salários decentes.

Encontrar trabalho na indústria metalúrgica de Pernambuco, para quem tem qualificação, é tiro certo; mas a exploração da força de trabalho, e os baixos salários são



também igualmente certos. As campanhas salariais tem forte participação da base com reajustes nos 10 últimos anos, com ganhos reais na média de 2 a 4,5%, mesmo assim ainda é um dos salários mais baixos do país. Nossa principal tarefa é elevar a consciência da classe trabalhadora, em particular dos metalúrgicos, para lutar por melhores condições de vida, trabalho e salário. ★

***José da Silva Cavalcanti** é membro da Executiva Nacional da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM). É candidato do PT a deputado na Assembleia Legislativa de Pernambuco



Este artigo foi escrito e este jornal foi para a gráfica antes da eleição da nova direção do sindicato dos metalúrgicos de Pernambuco, marcada para os dias 23 a 25 de julho. Duas chapas cutistas disputam o pleito. A Articulação de Esquerda compõe a chapa 2 com 16 militantes, entre os quais o autor deste texto.

Os trabalhadores e trabalhadoras do comércio

*Paulo Santos**

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras do comércio no Brasil vem enfrentando um movimento organizado, encabeçado pelos representantes do grande capital, bem como os interesses de parlamentares que sobrevivem politicamente através de doações empresariais para suas campanhas políticas.

Os trabalhadores e trabalhadoras do comércio possuem como instrumentos de luta os sindicatos cutistas, que não medem esforços para fazer o enfrentamento de classe, tendo como sustentação o trabalho organizativo realizado pela Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs).

O setor do comércio presente na Contracs reúne sindicatos dos segmentos: comércio atacadista e varejista, derivados de petróleo e frentistas, trabalhadores em concessionárias, supermercados, materiais de construção, comércio de produtos farmacêuticos, comércio de vidros, movimen-

tadores de mercadorias, promotores e demonstradores de vendas, açougues e casas de carnes.

Entre as bandeiras de luta, o fim do trabalho aos domingos e feriados e o fim do banco de horas são as mais antigas e urgentes para a categoria dos comerciários, devido às extensas jornadas que prejudicam a saúde, o convívio familiar e impedem a continuação dos estudos e da qualificação profissional.

De acordo com o caderno de resoluções do 8º Congresso da Contracs, a supressão do trabalho aos domingos no comércio é uma medida urgente na luta pelo trabalho decente, pois o trabalho aos domingos não gera empregos e onde está em vigor aumenta a precarização.

Faz parte do plano de lutas da Contracs, articular regional e nacionalmente as negociações para acordos de PLR/PPR nos grandes grupos econômicos e nas grandes empresas do comércio.

Há vários anos a Contracs vem lutando pela regulamentação do exercício da profissão de comerciário. Após muita luta, conseguimos tal conquista por meio da Lei n. 12.790, de 14 de março de 2013. A Lei, além de regulamentar a profissão, instituiu o Dia do Comerciário, a ser comemorado no dia 30 de outubro de cada ano. Mas a Contracs luta para garantir mais direitos, conforme previa o projeto original da regulamentação.

A CONTRACS/CUT com objetivo de defender os direitos dos trabalhadores do comércio e serviços vem intensificando o trabalho no âmbito legislativo. Na Câmara dos Deputados foi criada a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Comerciários. A orientação é que os sindicatos filiados à Contracs procurem os parlamentares amigos, para criar algo similar no âmbito municipal e estadual. ★

*Paulo Santos é diretor da Contracs/CUT e do Sindicato dos Comerciários de Teresina (PI)

ELEIÇÕES 2014

O quadro em Rondônia

*Luciana Basílio**

Temos um governo estadual do PMDB e há cerca de dois anos o casal Raupp (senador Valdir Raupp e deputada federal Marinha Raupp) vinham articulando a coligação entre PMDB e PT, em troca de seu apoio à candidatura Dilma.

Nesse cenário, surgiu como alternativa de candidatura própria petista, o nome do atual presidente estadual do PT em Rondônia, o deputado federal Padre Tom.

Mas, após idas e vindas de negociações que não ficaram muito claras para a militância, deu-se o impasse entre coligar com a família liderada pelo Senador Ivo Cassol (PP) ou fazer a coligação com o PMDB.

Dado o impasse, a direção nacional do PT delibera, por maioria, a favor da coligação com o PMDB, tendo o PT como vice. Mas no dia 30 de julho, a convenção partidária do PT-RO celebra a candidatura própria do partido ao governo do estado, deixando para negociação com os demais partidos (PDT, PSB e PC do B) o nome para vice e a cadeira de senador.

Um processo confuso, de responsabilidade dos setores que dirigem o partido no estado e nacionalmente. ★

*Luciana Basílio é professora e militante do PT (luluzinhabasilio@bol.com.br)



Padre Tom

“Sempre que polarizamos crescemos”

Atual presidenta do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da Paraíba e diretora da Federação Intersindical dos Engenheiros (Fisenge), ela alerta que a última vez que o PT apresentou uma candidatura própria ao governo do estado foi há 14 anos.

Giucélia defende que o PT precisa não ficar refém do calendário eleitoral e fazer política também nos anos ímpares, além de dialogar com os movimentos sociais uma rearticulação do campo democrático e popular. Confira:

Página 13: Qual a situação eleitoral na Paraíba?

Giucélia Figueiredo: O quadro eleitoral da Paraíba é desenhado a partir de dois fatos novos e até inesperados para algumas forças políticas. O primeiro deles é racha que se deu no base do governo do estado. Em 2010, o atual governador Ricardo Coutinho (PSB), formou uma coligação com o PSDB e o DEM, em seguida, de dentro do PSDB, saíram os quadros que construíram o PSD. Este bloco ficou coeso até os 45 minutos do segundo tempo. Até que o senador e ex-governador Cássio Cunha Lima teve a sua candidatura lançada pelo PSDB e construiu a real possibilidade de deixar o PT e a campanha da presidenta Dilma fora do segundo turno. Este aliás, foi o fato determinante que nos fez abrir mão da construção de uma candidatura própria do PT para construirmos um palanque competitivo para Dilma. Um caminho visto por muitos como natural seria, portanto, a nossa coligação com o PMDB.

E porque não foi assim?

O PMDB da Paraíba tem uma longa história de aliança com o PT. Ainda no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, com Ciro Gomes subindo nas pesquisas e Rita Camata na vice de José Serra, eles apoiaram a candidatura do presidente Lula. Passamos a defender a reedição desta aliança e com muito debate esta tese saiu vitoriosa dentro do partido. Mas há um porém, que é na verdade o segundo fato novo, acontecido já nos acréscimos. O pré-candidato do PMDB, o ex-prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego, começou a ter sua candidatura desidratada dentro do próprio partido, enquanto prefeitos e deputados da legenda se dividiam entre apoio ao PSDB e ao PSB. Quando o PMDB apresenta a candidatura do senador Vital do Rego, nós no PT acreditamos que esta mudança de nome não altera em nada o cenário, ainda mais quando há a possibilidade do PMDB retirar a candidatura própria ou apoiar o PSDB como alguns de seus deputados defendem. Conclusão, tivemos que construir uma aliança com o PSB para a reeleição do governador Ricardo Coutinho e lançar Lucélio Cartaxo ao Senado. O PT pode eleger seu primeiro senador na Paraíba, fato que unificou a maioria das forças políticas que atuam no PT.

Quando o PT da Paraíba vai governar o estado?

A última vez que apresentamos uma candidatura própria ao governo do estado foi em 2002. O PT precisa se construir como uma alternativa política na Paraíba. Sempre que polarizamos crescemos. Algo que nos atrapalhou bastante durante algum tempo é que todas as forças da política tradicional no estado também disputam o PT. A ascensão do PSB também é um elemento importante a ser analisado. Ressalta-se que, quando membro do PT, Ricardo Coutinho era próximo da esquerda petista. Então, por um lado o PT não pode ficar refém do calendário eleitoral e fazer política também em anos



Nesta entrevista ao Página 13, Giucélia Figueiredo traça o quadro eleitoral da Paraíba e diz que o Partido precisa se construir como uma alternativa política no Estado

ímpares e dialogar com os movimentos sociais uma rearticulação do campo democrático e popular. Governamos João Pessoa, que é uma caixa de ressonância para todo o estado. Esta é a nossa principal e maior conquista até agora, por isso mesmo, o PT deve estar mais presente na composição da agenda do governo, que é uma colizão muito ampla. As políticas públicas que caracterizam o modo petista de governar precisam estar mais visíveis em nossa gestão e intensificarmos o dialogo com os movimentos sociais. Creio que assim teremos bases para nos estabelecer como alternativa política real na Paraíba. Estou muito confiante nesse sentido

O movimento social já foi mais forte que hoje. Como retomar?

Precisamos entender bem as diferenças entre partidos e movimentos sociais, para que não haja estrangulamentos nesta relação. Os movimentos sociais mobilizam pautas específicas e acredito que desde os protestos de junho de 2013 não há dúvida que o nível de exigência de nossa sociedade aumentou, o que é bom. Precisamos pensar no futuro e fazer boas análises de conjuntura também, nas quais os movimentos sociais podem definir o que temos, o que queremos, como e com quem alcançaremos esses objetivos. É um novo desafio, porque os canais de mobilização são muito diferentes hoje, temos a internet. Depois, acredito que as pautas de reivindicação são mais diversificadas e precisamos estar atentos a tudo isto. O plano nacional de participação social é extremamente importante e devemos defendê-lo, mas, uma boa bandeira de unidade e fortalecimento dos movimentos sociais seria, a meu ver, a luta pela constituinte exclusiva para reforma política.

O PT e especialmente a esquerda petista te consideram uma liderança fundamental. Por que saiu do MDA?

Primeiro dizer que levo comigo uma gostosa sensação de dever cumprido. Durante a minha gestão foi estabelecido um canal permanente de diálogo com os movimentos sociais que atuam a partir da agricultura família e conseguimos também dar a devida visibilidade para as ações do governo da presidenta Dilma, nesse segmento. A minha saída foi muito dialogada com a tendência e o partido. Fica em meu lugar o companheiro Gonzaga Júnior, também da AE. Continuo presidente do CREA-PB, mas precisava me dedicar inteiramente à reeleição da companheira Dilma na condição de dirigente partidária, faço parte da coordenação de campanha, sou a 1ª vice-presidente do PT da Paraíba. Será uma batalha muito dura, vamos enfrentar o ódio dos segmentos conservadores que reagem à diminuição das desigualdades sociais. ★

Os dois são mais do mesmo

Marcelo Martins*

No Pará, o governador tucano Simão Jatene vê desaparecer seu poder e apoios. A “magia do poder” esvai-se por entre aliados que se vão, táticas desastrosas e a alta desaprovação do seu governo (em dezembro de 2013 ocupava o 4º lugar em desaprovação, segundo pesquisa do CNI/IBOPE).

Isso resulta da aplicação do “modo tucano de governar”: estado mínimo, baixo investimento em políticas sociais, sucateamento dos serviços públicos como saúde, educação e segurança etc.

Jatene e seu governo padeceram ainda dos efeitos do enorme desgaste causado pelo plebiscito sobre a divisão do Pará e a criação de dois novos estados: Carajás e Tapajós, ainda em 2011. Afinal, a postura do governador, de inicialmente manter neutralidade, foi rompida com seu engajamento na vitoriosa campanha pelo voto no “NÃO à divisão”, assim eliminando as chances dos “carajaenses e tapajônicos” possuírem um estado. Os rancores e mágoas creditados à influência do mandatário no resultado final do plebiscito sobreviveram ao pleito.

Outro fator desestabilizador da campanha dos tucanos foi a disputa interna pelos rumos do PSDB, entre Jatene e o senador tucano Mário Couto (candidato à reeleição), que ameaçou “bater chapa” (e outras coisas) com o governador, caso não fosse ungido por ele e seu governo como prioridade nestas eleições. Apesar da pacificação circunstancial entre os dois, os problemas permanecem com a proliferação das mais três candidaturas ao senado da coligação do governador.

PMDB, PT e DEM

A maioria que controla a direção do Partido dos Trabalhadores no Pará optou por um acordo, estabelecido na surdina ainda em 2013, através de seus representantes: Beto Faro (AS), Paulo Rocha (UL) e Zé Geraldo (CNP), e membros da direção nacional do CNB (Construindo um Novo Brasil), com o senador Jader Barbalho, para eleger seu filho e herdeiro político (Hélder) governador do estado do Pará.

Segundo apuramos com dirigentes de dois desses grupos, o PT receberia em troca “30% num futuro governo Hélder”, que possui como candidato a vice-governador, o deputado federal Lira Maia (do Democratas), além de receber apoio à eleição do ex-deputado Paulo Rocha/PT ao senado.

Essa escolha é justificada em grande medida pela capitulação a compreensão da direita e da mídia conservadora, que toma por “um desastre”, “uma tragédia”, a experiência do Partido no comando do governo do Pará entre 2007-2010, donde surge a conclusão de que por essa razão não teríamos condições de concorrer novamente ao governo, com chances eleitorais. O que explica a antecipação da decisão independente da análise da conjuntura eleitoral e mudanças favoráveis ao Partido em 2014.

Essas eleições 2014, portanto, se darão em torno de duas candidaturas de viés conservador: por um lado o atual governador Simão Jatene na coligação “juntos com o povo” (PSDB, PSD, PSB, PP, SD, PRB, PSC, PTB, PPS, PEN, PMN, PTC, PSDC, PT do B e PRP) e por outro lado Hélder Barbalho “todos pelo Pará” (PMDB, PT, DEM, PR, PDT, PROS, PHS, PCdoB, PSL, PPL e PTN). Nenhuma expectativa de transformação política, social e econômica, Jatene ou Hélder são mais do mesmo.

Ao desistir da candidatura própria para disputar as eleições ao governo do Pará e optar por aliar-se ao PMDB de Hélder Barbalho e ao DEM de Lira Maia, o PT não só contraria a decisão do 4º Congresso do PT (Resolução sobre Tática e Política de Alianças), mas abre mão de se colocar como uma alternativa transformadora de esquerda aos paraenses.

Os efeitos que esse giro à direita operado pela maioria na direção terá nos petistas (militantes e filiados), simpatizantes e no eleitorado petista em breve será conhecido em sua amplitude, mas desde já é possível prever que o PT terminará de 2014 menor, mais dividido e menos influente na sociedade do que iniciou este ano.

A Articulação de Esquerda do Pará publicou nota em que se posiciona publicamente sobre os rumos eleitorais do Partido (ver: <http://artesquerda.blogspot.com.br/2014/07/nota-da-articulacao-de-esquerda-do-para.html>), onde reafirma o seu compromisso prioritário com a reeleição da companheira Dilma Rousseff (13), com a eleição de Cláudio Puty (dep. Federal 1310) e Regina Barata (dep. Estadual 13.611).★

*Marcelo Martins é historiador e membro da Direção Estadual da Articulação de Esquerda/Pará



Paulo Rocha senador: candidatura questionada pela Justiça e com DEM na chapa

Foto: Gustavo Bezerra

A CUT e a Constituinte

Bruno Elias*

O atual sistema político é resultado do arranjo imposto pela transição conservadora da ditadura militar para a “Nova República”. Distorções herdadas do “entulho autoritário” e de medidas como o Pacote de Abril de 1977, que incluíam desde eleição indireta de senadores “biônicos” para parte do Senado até distorções na composição das bancadas que representavam os estados menos populosos da federação e no tempo gratuito para propaganda, seriam assimiladas pelo “centrão” conservador que dirigiu os trabalhos da Constituinte de 1987/1988.

Na elaboração da nova carta constitucional, os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora denunciaram, desde o primeiro momento, o caráter conservador do Congresso Constituinte. Já em 1985, na sua primeira Plenária Nacional, a CUT atacava a proposta do governo Sarney, de dar poderes constituintes ao Congresso ao invés de convocar uma Assembleia Constituinte Livre e Soberana.

“O presidente sem povo quer impor uma Constituinte sem povo, desprezando a democracia e as reivindicações populares. Daí a derrota nas eleições municipais dos candidatos da ‘Nova República’ nas principais capitais brasileiras. Por isso a retomada da luta pelas Diretas Já.” (1ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT, dezembro de 1985)

Em 1986, no 2º Congresso da CUT, a central convocava os trabalhadores a construir uma ampla “campanha nacional de lutas”, que tinha como uma das principais bandeiras a “Participação Popular na Constituinte”. Apontando a Greve Geral como o principal instrumento de luta da classe trabalhadora naquele momento político, o 2º Congresso também indicava entre os objetivos da campanha o de “criar condições políticas mais favoráveis para a luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora na Constituinte”.

“A CUT (...) tudo fará para que o processo constituinte seja alavanca de mobilização, organização e conscientização dos trabalhadores. Neste sentido, ao mesmo tempo em que denuncia o caráter antidemocrático e anti-soberano da constituinte atual, promove as mais variadas e amplas



campanhas em torno das questões mais importantes da Constituinte; obriga os diferentes partidos e candidatos a se pronunciarem acerca das principais reivindicações dos trabalhadores de forma a desmascarar os falsos aliados dos trabalhadores.” (RESOLUÇÕES DO 2º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, julho/agosto de 1986)

Ao fazer o balanço da atuação da central no período, o 3º Congresso Nacional da CUT (1988) destaca a “a deflagração, sob nossa iniciativa, da grande greve de 12 de dezembro de 1986, que se transformou na maior Greve Geral na história do país” e a importância da mobilização dos trabalhadores na coleta de assinaturas para as emendas populares, nos protestos e caravanas ao Congresso Constituinte para a garantia de

alguns dos direitos sociais conquistados na nova constituição.

Em que pese estas conquistas, o 3º Concute denuncia o caráter global da nova Constituição, indicando apoio ao voto contra o texto global da carta.

“A avaliação dos resultados da Constituinte deixa claro que muitas reivindicações não foram alcançadas. Vários direitos não estão inscritos. As Diretas Já foram derrotadas e Sarney garantiu seus cinco anos. A estrutura sindical, embora registre algumas modificações, não assegura a ampla liberdade de organização que a classe trabalhadora brasileira exige. Sobretudo, a nova Carta se ergue contra a reforma agrária — marcando inclusive um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra redigido pelos

O histórico das posições da CUT no processo da Constituição de 1988 revela a importância da mobilização popular para garantir alterações constitucionais de interesse dos trabalhadores e os limites do último processo constituinte do país. (...) É fundamental o engajamento do movimento sindical no enraizamento da bandeira da Constituinte e da reforma política nos locais de trabalho e nas lutas dos trabalhadores

militares — e define as Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição, colocando, portanto, a sociedade brasileira sob tutela militar, num permanente convite ao golpe, cuja realização está, de antemão, juridicamente legitimada. Mas é impossível não reconhecer que houve conquistas no novo texto constitucional.” (RESOLUÇÕES DO 3º CONGRESSO NACIONAL DA CUT, setembro de 1988)

Constituinte para mudar o sistema político

A partir deste rápido panorama das posições da CUT no processo de elaboração da Constituição de 1988, percebemos a importância da mobilização popular para garantir alterações constitucionais de interesse dos trabalhadores e os limites do último processo constituinte do país.

Passados mais de 25 anos da elaboração da constituição, o sistema político permaneceu em linhas gerais com o mesmo desenho ali definido. Em 1993, é realizado um plebiscito sobre o sistema e forma de governo que reafirma o presidencialismo e a república. Novas leis seguiram regulamentando o modelo, bem como diversas propostas de reforma política despontaram no debate público.

A partir dos governos Lula e Dilma, outras tentativas de reforma política seriam novamente frustradas. A leitura de que o atual Congresso, por reunir em sua maioria beneficiados pelo atual sistema político, não fará uma reforma política popular, passou a impulsionar a proposta de uma constituinte exclusiva para a reforma política.

A partir das manifestações de junho de 2013, a proposta é retomada em um primeiro momento pela presidenta Dilma e depois de forte reação do Congresso, da mídia e do judiciário, os movimentos sociais, centrais sindicais e outras entidades assumem a pauta e a realização de um plebiscito popular sobre o tema como prioridade.

“As manifestações de junho também recolocaram no centro do debate nacional a necessidade de uma mudança profunda no atual sistema político brasileiro através de uma reforma política, defendida há muito tempo pela CUT.

Compreendendo que o atual Congresso não fará esta reforma, nem as outras (reforma agrária, reforma tributária, democratização dos meios de comunicação) necessárias para transformar o Brasil num país mais democrático e justo, a CUT organizou junto com movimentos sociais a campanha pelo Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.” (TEXTO BASE da 14ª Plenária da CUT)

No mesmo período, a CUT sistematizaria, em carta enviada à presidenta Dilma Rousseff, um conjunto de pontos que a Central considera fundamentais numa reforma política:

- “1. Fim do financiamento privado das campanhas eleitorais, que macula indelevelmente o processo eleitoral, e que é fonte importante de corrupção;
2. Voto proporcional em lista partidária, com alternância de sexo, definida em convenções partidárias democráticas e transparentes, a partir de critérios públicos;
3. Fidelidade partidária e programática;
4. Diminuição do número de assinaturas para projetos de Iniciativa Popular e mecanismos de facilitação de coleta;
5. Tramitação diferenciada e prioritária dos projetos de lei de Iniciativa Popular
6. Inclusão de mecanismos para a democratização do Poder Judiciário e impedimento de judicialização de conflitos;
7. Combate à corrupção, tornando-a crime inafiançável;
8. Fim da imunidade parlamentar para crimes penais e de corrupção;
9. Fim do Senado;
10. Proporcionalidade de representação dos Estados da Federação;
11. Eliminação de cláusulas de barreira;
12. Institucionalização do caráter deliberativo das Conferências de políticas públicas e dos Conselhos Nacionais;
13. Estabelecimento de limite mínimo de 18 anos de idade para concorrer a car-

gos eletivos, permitindo uma saudável e necessária renovação geracional.”

Além desses importantes eixos de mudança do sistema político, a reforma política também é fundamental para ampliar a representação dos trabalhadores na política e para o avanço da pauta da classe trabalhadora num Congresso Nacional fortemente marcado pelos interesses empresariais e não raro contra os direitos dos trabalhadores.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), em pesquisa qualitativa com os deputados e senadores, apontou o perfil dos eleitos em 2010. De acordo com o levantamento, a maior bancada seria a dos empresários. Reunindo ao todo 273 parlamentares (246 deputados e 27 senadores), a bancada empresarial representa 45% do Congresso Nacional. A bancada sindical, por sua vez, contaria com 72 representantes, sendo que 64 são deputados e 8 senadores.

Em tal correlação de forças, a pauta da classe trabalhadora enfrenta muitas dificuldades para avançar. Não é à toa que parte desta pauta considerada essencial pelo movimento sindical, é bloqueada pela bancada do Capital no Congresso, como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários (PEC 231/1995), a retirada definitiva do PL 4330/2004 de terceirização e o fim do fator previdenciário (PL 3.299/2008).

Para alterar esta situação, é fundamental o engajamento do movimento sindical no enraizamento da bandeira da Constituinte e da reforma política nos locais de trabalho e nas lutas dos trabalhadores.

A ampliação da mobilização social, combinando luta de massas, uma grande votação durante o plebiscito popular pela Constituinte e a eleição de um maior número de parlamentares comprometidos com esta pauta, poderá reposicionar o tema da reforma política no próximo período como pauta prioritária para a classe trabalhadora e ampliando as possibilidades de sua realização. ★

*Bruno Elias é da executiva nacional do PT. Este texto foi publicado, com acréscimos, na segunda edição da revista *Esquerda Petista*

GUERNICA, 1937



GAZA, 2014



Qualquer semelhança não é mera coincidência.

O governo de Israel é criminoso.

Todo apoio ao povo palestino!!!

